



CONFAP - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS

Rua Carlos José Barreiros, N.º 16 Cave

1000-088 LISBOA

Telefone: 218 471 978 - Fax: 218 471 980

Site: www.confap.pt E-mail: geral@confap.pt



ACTA DO XXXI ENCONTRO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS

BRAGA 04 DE MARÇO DE 2006

“Educação – Desafio para a participação”

O debate foi iniciado com o sub-tema “Autonomia e Gestão”. Moderado pelo companheiro Fernando Gomes, este alertou para o facto da não existência da avaliação das escolas e que a própria autonomia e gestão são também factores problemáticos. Convém salientar que nunca os pais questionaram ou questionariam a autonomia que os professores têm dentro da sala de aula.

Lançou então para reflexão se deveria ou não a gestão ser profissionalizada, se ela deveria ou não ser participada, se deveria ser só de professores ou mista. Porque é que há tão poucos contratos de autonomia e porque é que os projectos educativos, como ferramenta da autonomia, são tão pouco inovadores?

O Dr. Abílio Morgado iniciou a sua comunicação dizendo que é seu entendimento de que hoje a participação parental é um desafio que inequivocamente se coloca aos pais devidamente organizados. Relativamente ao tema proposto referiu que não existe em educação tema tão desejado quanto frustrante como a autonomia da escola. Esta frustração resulta do facto de ainda se ignorar o que é uma escola autónoma. O que é então a autonomia da Escola? O que se pretende com a autonomia? Então o que existe nas nossas escolas?

A Autonomia não é uma questão de oportunidade política, mas de absoluta necessidade e porque há um problema de equidade educativa. Isto é, podemos mesmo dizer que não existe uma equidade educativa que se baseia na relação concreta entre cada aluno e o seu professor - cara a cara - porque o sistema educativo não está afinado para esta perspectiva. Concretizar todo o esforço nesta relação é o que é preciso!

É pois fundamental, que todas as orientações devam ser dirigidas para a turma, para o interior da turma, para o sucesso educativo.

A escola não poderá servir só para realizar capital humano, ela é extremamente importante para a coesão social, promovendo ao mesmo tempo as confluências culturais. A escola tem de conhecer os seus alunos e a sua comunidade envolvente. Neste sentido ela terá de ser multicultural e não poderá ser gerida a partir da Avenida 5 de Outubro.

Devemos orientar as políticas educativas para garantir o sucesso. Remediar ou prevenir o insucesso são as orientações educativas actuais mas que diferem da promoção do sucesso. Como parece ser o caso dos currículos alternativos. Embora não seja possível impedir que haja insucesso, preparar o Sistema para garantir o sucesso ajuda muito.



Os poderes que competem ao Estado devem ser geridos com eficácia e existe pensamento científico acerca da autonomia das escolas onde se refere que a escola deveria estar baseada em dois factores:

- Intensidade ou seja, a dimensão das intervenções que o sector público tem de fazer;
- Discricionariedade ou seja, a questão da especificidade do grau de rigor possível nas decisões (uma escola do ensino básico tem muito pouca especificidade se a compararmos com uma empresa).

Assim, constatámos que o ensino não superior tem uma enorme intensidade e muito pouca discricionariedade, tem uma ausência de monitorização e responsabilidade. Falta-lhe a concorrência que só se obtém se existir autonomia. A voz dos pais torna-se pois indispensável para esta monitorização. Não chega descentralizar competências mas também é necessário uma descentralização da autoridade.

A existência de concorrência, a descentralização de competências, um sistema de avaliação com uma auto-avaliação decisiva e a revisão do estatuto da carreira docente, nomeadamente na valorização do mérito e ao nível da formação dos professores, são algumas das medidas urgentes numa reforma educativa que convirja para a verdadeira e desejável autonomia das escolas.

O Dr. Abílio Morgado, apontou direcções para o reforço da Autonomia e Gestão das escolas:

- Formação Inicial de Professores virada para as competências;
- Alteração do Estatuto da Carreira Docente para premiar o mérito;
- Alteração do Sistema burocrático do ME que passe de centralizado para descentralizado e eventualmente sem DRE's;
- Avaliação interna contextualizada – autoavaliação – e avaliação externa.
- Pais mais envolvidos na gestão da escola.

Por seu turno, o Prof. Dr. Júlio Pedrosa, alertou os presentes de que é chegada a altura de pensarmos em outras exigências, em outras prioridades: a Educação como factor fundamental do ideal humano. Mais do que deixar respostas, deixou interrogações como que num convite a uma profunda reflexão:

Quais são então os elementos do nosso desenvolvimento que deverão ser elaborados como princípios para a sociedade? Que tipo de sociedade queremos? Que valores? Nesse contexto então:

- O que compete à escola?
- O que compete à família?

Torna-se pois necessário clarificar estes dois universos e responsabilizar cada um deles.

- Que missão ou missões tem hoje a escola?
- Que deve ser feito no Ensino Básico? E no Secundário?
- Quais são as responsabilidades da esfera familiar e da escola?
- Que interligações existem entre as duas?



Estamos preocupados com o operacional mas não reflectimos sobre o que queremos como Sociedade! Que missão deve assumir a Escola? Qual a esfera da Família? E da Escola?

A Escola tem de responder às comunidades que serve. Realidades sociais e de comunidades distintas! E estão elas aí enraizadas? Que Projecto querem construir? Em que Sociedade? Numa esfera de confiança quando a Sociedade se baseia na desconfiança? Nós não cultivamos, ou não deixamos de cultivar a confiança? Se nós desconfiarmos uns dos outros como poderemos confiar na escola? O que podemos fazer? Se conseguirmos responder a estes problemas estaremos a dar passos em relação à autonomia.

O facto de verificarmos que existem tão poucos projectos de autonomia e que a compreensão deste facto, daria para um estudo científico, não é falta de legislação. Invocando o Prof. Rui Alarcão, o Prof. Dr. Júlio Pedrosa, referiu que este afirma que se fosse governante proibiria que se publicasse legislação durante alguns anos. Nós nos desculpamos continuamente com a falta de legislação para nada fazermos. Apliquemos a legislação que temos.

Referiu que a autonomia universitária é um sucesso. Recursos – Tarefas – Avaliação. Hoje sabemos o que correu mal e onde se devemos mexer! Talvez fosse de equacionar, transpor contextualizadamente o que se passou nas Universidades para os outros níveis de Ensino.

Voltemos pois ao que é básico. Segundo a publicação da Unesco para o século XXI, a escola assenta em quatro pilares:

- Aprender a conhecer;
- Aprender a fazer;
- Aprender a ser e
- Aprender a viver juntos.

Aprender a viver juntos é a prioridade que responde ao tema escolhido para o encontro “Educação: Desafio para a Participação” e que compete também aos pais. Defendeu por isso uma maior articulação entre a escola e a família. A CONFAP, é uma rede excelente para isso!

Terminou a sua comunicação dizendo-nos que todos temos de fazer um trabalho paciente, cientes das dificuldades que existem para a chegada da tão desejada autonomia.

Aberto o debate a companheira Maria Helena Dias questionou sobre a identidade do ensino secundário. Será que existe uma verdadeira identidade no secundário? As escolas ainda não têm um verdadeiro paradigma do que é o ensino secundário.



Neste ciclo a oferta já não é local como no básico e quando se fundem escolas a administração deveria conhecer os projectos educativos das escolas fundidas até porque estes podem ser muito diferentes. Deverá ou não o secundário ter uma maior aproximação às universidades?

Para o Prof. Dr. Júlio Pedrosa, o ensino secundário terá de ter a sua especificidade. Este precisa de alguma atenção. O que é então o ensino secundário? Ele implica a nossa capacidade para que não exista abandono e deve por isso ser portador de uma oferta mais diferenciada. Maior oferta profissional e tecnológica. A rede do secundário, deve ser pensada para territórios mais alargados e só não abordou mais profundamente o problema do secundário porque existe uma preocupação maior com o básico onde não existe uma verdadeira política de igualdade de oportunidades.

As instituições de superiores, que fazem formação de professores, devem “voltar à escola” e conhecer melhor as realidades, através da realização de projectos conjuntos.

Por outro lado o companheiro Miguel Quintão alertou para o esquecimento da inclusão dos imigrantes. A escola não pode ser autónoma enquanto não existir uma verdadeira integração da comunidade que envolve. O sistema não está adaptado aos emigrantes, numa verdadeira política de uma escola inclusiva. É preciso ultrapassar estas barreiras! Colocar no debate a questão dos imigrantes! Uma realidade que está a contribuir pelo alarme social para o aumento de desconfiança! Que projecto de Sociedade para incluir os multiculturais?

Relativamente aos imigrantes, o Prof. Dr. Júlio Pedrosa concluiu que uma política integradora tem de estar presente porque algumas exigências da escola a isso o obrigam. Ela deve estar enraizada na comunidade local que serve.

O Dr. Abílio Morgado conclui que nós olhamos o sistema de baixo para cima. Na educação não existem alunos padrão. Cada criança é um caso importante pois, cada jovem conta. É tudo uma questão de grau. A escola tem de ser para todos e inclusiva, superando as diferenças.

Lembra também as necessidades educativas especiais: dar com equidade para ter oportunidade de viver juntos! Dar tolerância ao diferente para agregar. Não para dividir.

O sucesso na Escola implica igualdade de oportunidades. Ensino Básico aproximado no que é fundamental e não dispersante como agora acontece cortando a muitos a hipótese de sucesso.

Concordando com o facto de no essencial não haver necessidade de legislação, existem questões na educação no entanto, que terão de ser legisladas. O Estatuto da Carreira Docente: A formação inicial aponta para conteúdos e menos para competências.

Os pais tem direito mas não são ouvidos na organização dos currículos.



O ensino básico é uma coluna vertebral para uma igualdade de oportunidades (competências e saberes fundamentais).

O ensino secundário deveria ter uma boa rede de oferta e com um carácter mais formativo.

O sistema deveria ser em primeiro lugar autónomo, onde a inspecção seja parceira e não uma entidade que persiga as escolas por coisas meramente burocráticas.

A Universidade é autónoma. Vamos garantir os meios para a uniformidade.

O companheiro Fernando Gomes introduziu algumas questões relativamente à gestão das escolas, perguntando que tipos de gestão defendem os palestrantes e que tipo de pessoas devem estar à frente das nossas escolas. Os professores? Gestão profissional? Aberta aos Pais? Aberta às autarquias?

O companheiro Castela, introduziu também para debate os temas da autonomia financeira, que é um grande problema, o financiamento público das nossas escolas e o encerramento das escolas do 1º CEB.

O companheiro Manolo afirmou que a participação é o primeiro acto de autonomia e por isso gera desconfiança. A autonomia crescerá se ela tiver em conta a participação da comunidade educativa que terá de ser, muito aprendida por todos nós.

O companheiro Albino Almeida referiu que está de acordo com o companheiro Manolo e que sem medos se deve ousar fazer mais e melhor.

O Dr. Abílio Morgado, respondeu que relativamente ao modelo de financiamento da escola pública não vê razão para existirem preocupações.

Quanto à participação parental, ela deverá ser mais exigente. Os pais, têm assim, um papel importante porque só existe autonomia com a participação parental.

Referiu a necessidade de se criarem instrumentos para acolher a participação parental e da comunidade educativa reconhecendo-a como primeiro acto de uma autonomia responsável assente numa direcção competente e legitimada para assumir a gestão da escola;

Relativamente à gestão das escolas a sua Direcção deve ser responsabilizada - é contra as direcções colegiais. Esta gestão deve por enquanto, ser assumida pelos professores, com a participação dos pais e com audições obrigatórias dos parceiros.

O projecto educativo deve ser discutido entre os pais e depois devem ser mandatados alguns pais para defenderem a sua posição.



O Prof. Dr. Júlio Pedrosa afirmou que relativamente ao encerramento das escolas deverão sempre ser tidos em conta os critérios que salvaguardem a melhor solução para as crianças.

Referiu ainda que não estão criados os instrumentos adequados para a participação dos pais.

Por vezes existe alguma crispação entre a escola e os pais que tem de ser ultrapassada.

A escola não pode prescindir da retaguarda familiar. A escola tem de ter uma retaguarda que traga para a escola os contributos para a construção de uma escola melhor. Muitas vezes a crispação dá-se porque os pais são chamados à escola para saberem somente de problemas e, esta situação deverá mudar.

Quanto à gestão da escola, defende que deve ser uma gestão participada, mas sobretudo Competente e Responsável.

Fazer de cada escola um projecto singular e participado na promoção de uma EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, foi o desafio lançado no sub-tema “Projectos Educativos”, moderado pelo companheiro Albino Almeida.

Não se tratando de receitas nem de menus pré-estabelecidos, os projectos apresentados tentaram mostrar como a definição de estratégias que envolvam os alunos, os pais e os docentes são cruciais na construção de uma escola que se pretende PARA TODOS.

A igualdade de oportunidades não se faz pela assumpção que todos devem ter acesso aos mesmos meios mas sim, no respeito pleno de identidade de que cada interveniente é portador.

Assim, Algodres pretendeu dar resposta às necessidades de cada aluno identificado de insucesso escolar. Ultrapassando os naturais constrangimentos associados a um processo que se pretende personalizado e assente na definição do projecto de vida de cada um, o êxito da iniciativa foi vivido e particularmente sentido.

“Fazer a ponte” é um projecto de construção de ideais humanos, assente em pressupostos de Educação na Cidadania. Após a definição clara da missão de cada interveniente, a autonomia emergiu de uma liderança partilhada. Aprender a viver juntos foi certamente a prioridade assumida pela comunidade da Escola da Ponte, onde a alta discricionariedade associada à grande intensidade foi a chave de um sucesso que cresce há 30 anos.

O projecto “Viver com arte” foi concebido no sentido de ser singular na resposta às necessidades da sua comunidade, assumindo-se há anos como uma escola a tempo inteiro. Continuar a desenvolver os seus órgãos próprios constituídos à sua imagem e articular com as práticas institucionais do modelo de gestão escolar em vigor é o desafio de perseverança colocado à escola.



CONFAP - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS

Rua Carlos José Barreiros, N.º 16 Cave

1000-088 LISBOA

Telefone: 218 471 978 - Fax: 218 471 980

Site: www.confap.pt E-mail: geral@confap.pt



Num debate largamente participado foram manifestamente evidenciadas muitas necessidades, entre as quais destacamos:

- Uma escola a tempo inteiro que responda às reais necessidades de cada família tornando-a lugar de vida em vez de depósitos onde os pais deixam as crianças;
- Condições efectivas para a participação dos pais permitindo-lhes a possibilidade de uma intervenção activa de real cooperação e de exigência pela qualidade;
- Lideranças fortes, gestão partilhada, professores apaixonados e pais perseverantes.

Se as famílias não podem passar sem a escola, as escolas só terão certamente sucesso se aceitarem a educação como UM DESAFIO PARA A PARTICIPAÇÃO.

Braga, 4 de Março de 2006

XXXI Encontro Nacional das Associações de Pais



'Educação: Desafio para a participação'

4 e 5 de Março 2006

Auditório Universidade do Minho

Braga

